



Atravessando as Ruas da Cidade: Desejo, Poder e Manifestações Sociais

Crossing the City Streets: Desire, Power and Social Protests

Raphael Ferreira Ávila*

Rosa Cristina Monteiro**

RESUMO

Este artigo apresenta considerações acerca das movimentações sociais que eclodiram pelo Brasil em junho de 2013, vistas sob a perspectiva da Análise Institucional. Assume-se posição implicada, ressaltando a relação das contradições inerentes à urbanidade evidenciadas como operadores analíticos, reconhecendo atravessamentos à produção de subjetividade no meio urbano e seus paradoxos. Lança olhar à micropolítica das forças instituintes desejanças e sociais expressadas nas ruas, apresentando focos possíveis às lutas coletivas por transformação. Por fim, destaca-se a possibilidade de contribuições das reflexões construídas pelos diversos saberes, abrindo caminho para novas interrogações na invenção de outras análises e movimentos.

Palavras-chave: Psicologia Institucional; Manifestações Públicas – Brasil; Movimentos de Protesto; Cidade; Subjetividade.

ABSTRACT

This article presents considerations concerning the social movements that erupted in Brazil, June 2013, viewed from the Institutional Analysis perspective. Assuming an implicated position, emphasizing the relationship of the contradictions inherent to urbanity evidenced as analyzers, recognizing crossings in the production of subjectivity in the urban environment and their paradoxes. It looks at the micro-politics of the desiring and socially instituting forces expressed in the streets, as a possible focus on collective struggles for transformation. Finally it highlights the possibility of contributions from various knowledge forms, showing the way for new questions in the invention of other analyses and movements.

Keywords: Institutional Psychology; Public Demonstrations – Brazil; Protest Movements; City; Subjectivity.

Ao fim de mais um dia típico do inverno carioca, daqueles que resfriam ao esconder do sol, adentro as ruas da capital cercado por uma multidão sombria. Alguns correm, outros tentam manter a calma, caminhar. São na maioria jovens como eu, com máscaras ou trapos sobre o rosto, e exalam o odor marcante de vinagre. Ali não se sente outro

* Graduando em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Endereço: BR-465, Km 07 – UFRRJ, Campus Universitário, Alojamentos Bloco M6, Quarto 606, 23897-000, Seropédica, RJ. Telefone: (21) 98392-7932. E-mail: fael.avila@hotmail.com.

** Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Endereço: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Educação. BR- 465 - km 07, 23820-000 - Seropédica, RJ – Brasil. Telefone: (21) 2682-1841 Ramal: 25. E-mail: rosacristina.monteiro@gmail.com.

frio senão o da barriga: mistura de medo e revolta. Os sons ao redor se assemelham aos de um campo de guerra, que conhecíamos apenas através do cinema. Helicópteros no céu, bombas e fumaça ao chão, tiros (mesmo de borracha, soam tiros) disparados por soldados de uma batalha desigual. Em uma marcha lenta, porém determinada, varrem as ruas, e devolvem a elas dispersamente a mesma multidão que há minutos avançava dominando toda a avenida. As lágrimas vão tomando o rosto de todos, mas não são de tristeza ou dor. São os efeitos dos gases lacrimogênicos.

O prelúdio acima recupera algumas imagens, talvez já acomodadas pelo tempo, de uma experiência particular porém comum a quem quer que tenha tomado lugar às ruas nas manifestações de junho de 2013, no Rio de Janeiro ou em outras cidades e capitais no Brasil, em diversos dias daquele mês. Essas surgiram como perturbação na ordem de um país que parecia viver a vertigem de prosperidade e paz do crescimento econômico, entrando para a história contemporânea o dia 20 como marco: 1,5 milhões de pessoas a ocuparem as ruas¹. Emergiram junto a uma infinidade de discussões políticas mal resolvidas, contradições e paradoxos. As “jornadas de junho de 2013” impactaram o panorama político nacional, pois através da ação direta das ruas conduziram a uma vitória importante na redução das tarifas de passagem de ônibus e, além disso, reinseriram esta tática na ordem do dia.

Buscamos lançar ao fenômeno um olhar possível pela análise institucional, proposta do sociólogo René Lourau (1933-2000), que possibilita o questionamento dos múltiplos sentidos cristalizados no corpo social ao afirmar o caráter desarticulador de práticas e discursos instituídos. Opera na perspectiva de fragilização das hierarquias burocráticas com uma proposta de produção cooperativa e autogestionária. Aproximamos da análise certos autores e proposições teóricas da abordagem esquizoanalítica, dentre eles principalmente Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992), visando problematizar o que parece natural, para entender melhor os fluxos a que aqui tratamos, confrontando os discursos instituídos e nos propondo a desatualizá-los.

ENTRELINHAS

Este ensaio busca evidenciar memórias e discussões que aqui se traduzem em análise, e permitem arriscar propor uma experimentação, dizer algo. É produzido e sustentado por dispositivos afetivo-políticos travados e/ou capturados nas ruas, especialmente no dia 20 de Junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro, durante a marcha pela Av. Presidente Vargas. É também um ensaio implicado pelo compartilhamento dos momentos históricos que analisa, sem buscar elaborar relato minucioso ou meramente descritivo, não necessariamente comprometido à busca de respostas, portanto estruturado para oferecer novas questões, a partir de outras perspectivas. Como o esforço teórico em entender o ocorrido nas ruas surge a *posteriori*, o que por fim apresentamos são tessituras que constroem pistas referentes a este fenômeno.

É, pois, um esforço combativo, que busca furar o bloqueio dos discursos que fazem dessas manifestações redutíveis a recortes de sua totalidade, tomado, portanto, como um lugar sem saída: violência policial nas ruas, depredações por parte dos

¹ Baseado em dados oficiais da Polícia Militar, referentes a 388 cidades (22 capitais) em que houve manifestações. Manifestantes contestam, alegando haver mais de 1 milhão somente nas ruas do Rio de Janeiro.

manifestantes, ou ideais que movimentaram tantas pessoas. Percorrer o trajeto desta análise é assumir escolhas, mesmo que provisórias. Busca-se então encontrar caminhos de escape, nos quais a análise da micropolítica permita problematizar a relação saber–desejo–poder a partir do olhar sobre as lutas específicas, em um exercício de diálogo entre teorias e memórias.

DA CONTEMPORANEIDADE: MUDANÇAS NO “CONTROLE SOCIAL”

O tempo em que vivemos se apresenta como era de aceitar o desafio de percorrer novas trilhas, até então não imaginadas pela dificuldade de se pensar o próprio tempo, e abrir novos caminhos com direito a avanços e recuos. A contemporaneidade é tida assim como uma relação singular com o próprio tempo, e para Agamben (2009), é também aquele que está em condições de transformá-lo e colocá-lo em relação com outros tempos. Ler a história de maneira inédita é inventar-se com ela segundo uma necessidade que não provém absolutamente de seu arbítrio, mas de uma exigência à qual não se pode deixar de responder.

Da sociedade ocidental, ponto importante para se entender o presente, é a emergência do capitalismo industrial, que se destacou na modernidade por levar às elites a preocupação não somente com as infrações cometidas por sujeitos, mas também com aquelas que poderiam vir a cometer. Isto marca o instante em que o controle passou a se fazer não apenas em cima do que se é, do que se fez, mas principalmente sobre o que se poderá vir a ser, do que se poderá vir a fazer, enfim sobre o que Michel Foucault (2009) denominou “virtualidades”. Assim o controle passou a se dar principalmente a partir da disciplina, operada em sistemas fechados como o da família, da escola, fábrica, hospital e prisão.

Em seu desdobramento, o sistema capitalista não mais se dirige para a produção, mas para o produto, para a venda e para o mercado, e instaura outra face do controle exercido na sociedade. Com o mundo globalizado pelo mercantilismo livre e o advento de novas formas de produção de capital (baseados agora na sobreprodução - onde o que se quer vender são serviços, e o que se quer comprar são ações) esta nova face se apresenta, e Gilles Deleuze (1993) denomina “sociedade de controle”. As tecnologias, saberes, discursos e instituições disciplinares agora respondem a outro objetivo, e se organizam de outros modos para cumpri-lo, caracterizando-se pelas diferentes formas de controle ao ar livre que vêm se misturando às disciplinas.

ANALISADORES, IMPLICAÇÃO E ATRAVESSAMENTO: DISPOSITIVOS ANALÍTICOS INSTITUCIONAIS

A percepção da dimensão histórica da vida social pode ser considerada um dos desafios à transformação. Ela torna possível a crítica à naturalização das instituições, das funções que lhe são atribuídas e dos papéis que desempenham. Essa dimensão evoca as instituições, as funções e os papéis, como invenções dos homens e fruto de (des)encontros e confrontos de interesses e poderes. Estes atuam modulando as relações: normatizam, legalizam e legitimam comportamentos de indivíduos em sociedade, mas também geram estabilidade e segurança nas trocas sociais.

George Lapassade (1983, p. 195) entende instituição como a “forma geral que produz e reproduz as relações sociais”. A partir de sua perspectiva, a instituição é produto de uma confrontação permanente entre duas instâncias: o instituído (aquilo que já está aí, que tende a se manter) e o instituinte (forças de subversão, de mudança). René

Lourau (1993) avança sobre essas proposições, e propõe que para pensar as separações-totalizações operadas pelas formas-instituições naturalizadas, seja realizada uma análise que considere três momentos no processo, que não podem ser isolados: o instituído (universalidade), o instituinte (particularidade) e a institucionalização (singularidade). Sem desconsiderar outros importantes autores, optamos aqui por trabalhar com a perspectiva de Lourau, na medida em que sua proposta entende as singularidades dos fenômenos psicológicos nas relações às quais lançamos considerações.

Leituras recentes como a de Aguiar e Rocha (2007) consideram que os acontecimentos devem ser tomados como um laboratório histórico que condensa diferentes movimentos e contestações, no qual a experiência se realiza pela intervenção de analisadores: “acontecimento, indivíduo, prática ou dispositivo que revela, em seu próprio funcionamento, o impensado de uma estrutura social – tanto a não-conformidade com o instituído como a natureza desse mesmo instituído” (Rodrigues apud Aguiar, Rocha 2007, p. 658). Contar histórias através de analisadores é para Lourau (2004, p.147-148 apud Coimbra; Nascimento, 2003) buscar que “se instaurem novos regimes de verdade, baixos começos que movem montanhas, lutas que se opõem à mitificação de pequenos segredinhos, banalidades da ação que preservam (ou ferem) grandes dominações”. Esses analisadores funcionam como catalisadores de sentido, expõem o saber e o não saber de uma sociedade sobre si mesma e desnaturalizam o existente, suas condições, e ao realizar a análise, desestabilizam a cena natural de um cotidiano que nos parece estático. Tira-se partido do deslocamento operado pelo conceito de analisador (da figura do analista para o de acontecimentos), que coloca em xeque não apenas “quem interpreta”, mas o próprio “ato de interpretar”, de fazer valer algo que “fale por todos”.

É nessa perspectiva que emerge o conceito de implicação, um outro modo de interpelação aos procedimentos de pesquisa e à sua busca por objetividade. Lourau afirma que a implicação faz frente ao mito da neutralidade, o que não é uma questão de decisão consciente ligar-se a um processo de trabalho. Implicar-se não se refere apenas à politização de demandas e encargos, às condições de sua produção social, mas à exigência de que nos instalemos nessas condições, num engendramento sempre presente, e façamos da própria investigação-formação matéria de intervenção. O poder institucional é cotidiano, e dado que o legado centro político só existe, na qualidade de força permanente, na chamada periferia, a implicação é parte essencial de qualquer tomada de decisão em prática de pesquisa.

Para Rodrigues (apud Aguiar; Rocha, 2007), se algum Estado se reproduz e se há de ser por nós enfrentado, só o poderá ser mediante a investigação da presença do Estado que está inconsciente nos atos falhos de nossos modos de dizer, fazer e ser, tornando assim fundamental reconhecer as implicações do sujeito no objeto que procura observar. A noção de análise de nossas implicações nos traz a figura do “intelectual implicado”, aquele que, além de analisar seus pertencimentos e suas referências institucionais, coloca-se também em debate a partir do lugar de saber-poder que ocupa em diversas instâncias, inclusive na divisão social do trabalho característica da lógica capitalista. Este intelectual então analisa seu território nas relações sociais em geral, no seu cotidiano, na sua vida; em suma, o lugar social que ocupa.

Um último importante ponto a se destacar para a análise, dentro da perspectiva institucional, é o surgimento do conceito de atravessamento. Em princípio pensado tal como a transversalidade utilizada por Guattari (1981 p.96), como um operador teórico-metodológico, o atravessamento também implica a ativação da circulação, da

comunicação e dos agenciamentos enquanto produção de outros modos de ser, de sentir e atuar. Tende a se realizar “quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos”. Mas a partir daí, o conceito foi incorporado e modificado pelos socioanalistas, e adquiriu um outro sentido (Aguiar; Rocha, 2007). Atravessamento de funções - econômicas, ideológicas, políticas - sobre variadas organizações ou, em outros momentos, de instituições - família, escola, trabalho, Estado - que nos atravessam.

CIDADE, SUBJETIVIDADE E CAPITALISMO: ATRAVESSAMENTOS DE 20 DE JUNHO

“Quem são ‘eles’? Quem ‘eles’ pensam que são?”

3ª do Plural - Engenheiros do Hawaii, 2001

Ao meu lado, amigos. Subimos juntos a avenida até onde conseguimos, até onde a multidão que já estava mais próxima do objetivo da marcha – a prefeitura da cidade – se encontrou conosco no sentido contrário, em fuga. Foi logo que pudemos presenciar e sentir os primeiros efeitos dos gases. Bombas de efeito moral eram atiradas a esmo, o suficiente para sabermos que era tempo de recuar. A manifestação, que multifacetada e livre avançou por toda a extensão da avenida sem promover às nossas vistas quaisquer confusões, agora tinha outra atitude: destruía o que podia pelo caminho. Ao nosso redor, as instalações do sambódromo primeiro. Grades ao chão, fogo nas tendas, e raiva. Muita raiva. Um carro da imprensa estacionado foi logo alvo, e rapidamente estava também em chamas, lançando uma negra fumaça ao céu. Nós tentávamos voltar em calma, sem nos separar do grupo em que havíamos chegado ali, e caminhávamos a passos rápidos. Ali o espetáculo era a repressão, a perseguição da polícia era definitiva, e como uma contrarreação, nada se sustentava no caminho daquela multidão: postes, pontos de ônibus, vidraças de prédios. Fachadas de lojas.

As práticas do discurso instituído no ocidente caracterizam a cidade como um exterior que age na subjetividade, e trata da paisagem urbana como se não contivesse formas particulares de experienciar o tempo, a alteridade e a nós mesmos (Batista, 2010). Se opondo a essa ideia, Batista nos indica que o movimento das metrópoles interfere no corpo cidadão. A cidade, longe de restringir-se ao assentamento no qual o homem desloca-se ou é impelido a reter seu movimento, é também um modo de operar e dar sentido à existência. Emerge nas cidades o modo operante da sociedade do controle, realizado por máquinas de informática e computadores. Batista (2010) ainda considera que há muito este modo operante abandonou os limites da economia, passando a forjar sonhos e modos de despertar, produzindo a massificação da cultura. Forjou também movimentos na e da cidade, mitos e possibilidades de enfrentá-los. Este modo de produção estende seus tentáculos sobre o globo, e seus aparatos tecnológicos vão substituindo aos poucos todo o contato com a realidade que se convencionou chamar meio ambiente.

Pelbart (2000) reflete sobre a evolução aparente das cidades. Para ele, com o advento do que Guattari denominou de “capitalismo mundial integrado” (CMI), vivenciamos um processo que em breve levará mais de 80% da humanidade a viver em uma única “megalópole”, que torna semelhante todas as cidades, abolindo as diversidades. Esse processo mira uma cidade genérica, uniforme e que se prolifera por toda parte. Talvez seja a verdadeira cidade do futuro, sem identidade, emblemas, passado, e de uma estética neutra. Uma cidade que cresce, enquanto tudo parece cada vez menor. Nesta cidade, não mais há concentração do poder capitalista. A

concentração se esparrama por pedaços de grandes cidades, conectadas pela informática, numa espécie de rizoma cobrindo todo o planeta, como pequenas ilhas de primeiro mundo por toda parte, constituindo a cidade da elite global, rodeada de terceiro mundo. É uma cidade que se apresenta como grande empresa, como marca, empreendimento. Sua beleza não seria a dos objetos de arte, mas a dos objetos de consumo. Assim, a cidade é desmembrada e satelizada pelo capitalismo.

Se pensarmos juntos a Foucault e Deleuze (1979) o sistema em que vivemos, constatamos sua fragilidade radical em cada ponto, enquanto a força global de repressão se acentua. E entretanto, nosso embaraço em encontrar as formas de luta adequadas poderiam vir do fato de ainda ignorarmos o que é o poder. Para estes autores “foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração, mas talvez ainda não se saiba o que é o poder” (1979, p. 43). Existe atualmente ainda um grande desconhecimento acerca de quem exerce o poder, e onde este se exerce. Para Lourau (1993, p. 68-69) isto se reflete na imposição do Estado, que considera estar em todo lugar: “em todas as cabeças e corpos (...) a transversalidade do Estado é total, mesmo quando não totalitário”. As leituras psicossociológicas mais frequentes e correntes remetem a análise do poder às instancias do Estado, seja para conferir-lhe o papel de agente totalizador, como em Lourau, seja para destacar o jogo que transborda, como em Foucault e Deleuze.

Contudo, leituras como a de Pelbart (2000) buscam diferenciar as dinâmicas desse poder nas instâncias ambientais, e diferenciam as noções de cidade e Estado. O Estado, para esse autor, opera como uma caixa de ressonância, que age em todos os pontos, por mais heterogêneos que sejam. Já a cidade existe em função de uma circulação, entradas e saídas cuja incumbência é fazer passar os fluxos. Faz com que aquilo que nela entre esteja suficientemente desterritorializado para introduzir-se em sua rede, submeter-se a polarização. Assim a cidade é rede, multiplicação, fluidez. É a relação com o fora, a própria forma da exterioridade. Enquanto o Estado domina e se instala na cidade, esta ao mesmo tempo libera fluxos descodificados e foge por todos os lados. Para Pelbart a “forma-cidade” é escape, exterioridade, dispersão. A “forma-Estado” é totalização, interioridade, estratificação. Isso representa uma constante luta entre a cidade e o Estado.

Batista (2010), cuja linha de pensar abre esta sessão, estabelece um diálogo claro com o pensamento de Guattari (1992), que chamou de “Cidade Subjetiva” um plano que seria preciso evocar pra falar de um aspecto da cidade que se poderia chamar de virtual. O conceito de subjetividade em sua linha de pensamento não representa apenas ou tão só o que é interior, mas tudo aquilo que se encontra entre este interior e a exterioridade. E assim, para o autor, não há nada mais exterior do que a cidade, podendo ser tida então como a exterioridade por excelência. Nos trabalhos de ambos os autores, é possível pensar a subjetividade e a cidade nesses termos, que se apresentam assim como pensar a mesma coisa, se remetidas a partir da exterioridade que lhes é comum. É tomando esta perspectiva que desenvolveremos aqui a relação urbanidade-subjetividade, onde ocupar a cidade é estar atento aos paradoxos que colocarão em questão os discursos.

ÀS RUAS

Aquelas milhares de pessoas, a que ali me somo, lançam-se às ruas (ocupadas por diversas vezes naqueles dias, porém não ainda por tão grande número) em marcha. Seus gritos cantam o hino nacional, pedem o fim da PEC-37, o fim da corrupção, mas também o fim do extermínio de jovens negros nas favelas, o fim das UPPs. São contra a

homofobia, a criminalização do aborto, os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais em detrimento das precárias situações da saúde e educação públicas, além da infraestrutura urbana. Dizem não à Copa, e clamam pela saída do atual governador do estado e prefeito de sua cidade.

Como primeiro analisador importante, nos debruçamos sobre as relações da mídia tradicional, corporativista e monopolizadora, e sua influência sobre vida política brasileira, ressaltando as questões que podem ser colocadas sobre a cultura das manifestações públicas construídas no país nos últimos 20 anos. Partimos de uma era marcada pela “redemocratização”, após 21 anos de autoritarismo ditatorial liderado pelo conservadorismo militar, que ainda mantém seus resquícios sobre o país. Com a abertura política, promovida a custa de muitas vidas e luta de militâncias das esquerdas² e todo seu aparato político (sindicatos, associações, entidades estudantis e movimentos sociais), institui-se um novo momento histórico para o Brasil. Seu marco é a Constituição de 1988, a garantia da retomada de um estado de direito, e a conquista do voto direto. Nessa etapa, consolidaram-se as estruturas de uma aliança que se desenvolveu de forma perversa e levou à contenção dos ímpetos que impulsionaram o país às lutas contra a ditadura militar, mesmo ímpeto que levou às ruas milhares de brasileiros para depor seu primeiro presidente eleito depois de apenas um ano, em *impeachment* que implica a toda uma geração, a alcunha de “caras pintadas”. Estas seriam, até às presentes manifestações de junho, as últimas grandes mobilizações públicas de massa no país.

Esta aliança, orquestrada pela diversidade de grupos que compunham a política brasileira, marcadas por classes, ideologias e até mesmo fé, é atravessada fundamentalmente pela legitimação da informação atribuída à mídia brasileira. A estruturação da democracia sobre o cerne da representatividade indireta, associada ao voto obrigatório e a uma gama irrestrita de legendas partidárias, doou tal legitimação da informação e da autoridade de formadora de opinião a esta imprensa e por seu lado, através de anos, garantidos pelo acesso cada vez maior da televisão como mídia de massa hegemônica, promoveu a instituição de um discurso de desqualificação não só da prática política em si, mas também de todos os seus atores. Neste contexto entendemos que a as gerações pós-ditadura se formaram até aqui: cidadãos de uma democracia que desqualificam, e por consequência, ignoram.

As novas mídias surgem no Brasil do século XXI, do avanço tecnológico, impulsionadas pela mesma sociedade sobre as quais arregimentam as principais críticas. Usam da evolução proposta pelas máquinas e a informática – dispositivos de exercício das sociedades de controle – como nova força para lutar. Se firmam no desejo de ir além da interatividade com a informação, para seguirem na construção dela de fato por parte de atores até então apenas receptores na lógica da comunicação. Agora atuam principalmente agrupando, não mais em massa homogênea, aqueles que se dispõem a tomar participação em suas comunidades, blogs, sites, e todo tipo de manifestação possível na internet. Permitem a produção de um discurso que emerge, trazendo à superfície singularidades do coletivo, antes submersas sob a coletividade. Portanto, surgem como elemento principal de institucionalização na dinâmica dos atuais fenômenos.

Estas novas mídias são importantes na crítica do funcionamento operacional da sociedade e seus dispositivos. Dos aglutinadores e participantes das manifestações

² No plural, uma vez que dificilmente se pode comparar todo espectro de movimentos de luta que se associam aqueles que questionam o *status quo*

de junho de 2013 no Brasil, a maior parte foi formada pela juventude que em comum compartilha o contato com as redes sociais e por lá foi inicialmente convocada, evidenciando um sistema independente do controle da mídia tradicional. Entretanto, apesar de conectados pela rede, estes jovens ainda demonstram a dependência dessa mídia, a partir da qual podem alcançar visibilidade pública e se incluir no espaço formador de opinião, interesse maior dentro das manifestações. Isto decorre do fato de a detenção do monopólio sobre a informação ser legitimada.

No Rio de Janeiro as primeiras movimentações questionavam principalmente o nível de excelência das obras públicas para a Copa das Confederações (o chamado “Padrão Fifa”) em paralelo ao nível dos serviços públicos essenciais oferecidos na cidade. Também manifestava-se a solidariedade aos paulistas, que no dia 07 de junho haviam sido detidos em massa “para averiguação” (costume comum na ditadura, quando não se caracterizava um flagrante), principalmente por portarem vinagre, substância lícita, capaz de amenizar a ação dos gases lacrimogênicos usados para a dispersão nas manifestações por lá. Contra o abuso das forças policiais do Estado durante os protestos, a interpretação pública das ações de violência policial foi decisivo. Praticados com um descolamento aparente entre política e repressão, as tentativas da imprensa de naturalizar o uso de força por parte da polícia, tomando a repressão como técnica. Mas o uso de força desproporcional, capturada pelas câmeras de celulares e lançadas na rede mundial de computadores instantaneamente comoveu grande parcela da população, e lembraram os riscos do uso da força, talvez não a mesma, mas tão presente apenas 30 anos antes.

À medida em que o fenômeno das manifestações se alastrou, e a violência repressora do Estado orquestrada pela polícia militar passou a atingir níveis que comoveram a opinião pública contra os abusos da força, a mídia tradicional alterou radicalmente sua avaliação inicial, passando a cobrir as manifestações em tempo real. Esta mesma mídia teve como primeira reação a condenação pura e simples das manifestações que se iniciaram ainda no fim de maio em São Paulo, ancoradas pela justificativa reacionária de defesa do direito de ir e vir para os cidadãos trabalhadores prejudicados pelos congestionamentos ocasionados pelas ruas tomadas, e assim legitimando uma repressão rigorosa. Eram as primeiras ações diretas do Movimento Passe Livre (MPL), grupo com mais de 10 anos de militância no Brasil, que naquele momento cobrava nas ruas a revogação do aumento das passagens na capital paulistana. Vinte centavos, mas não só.

Foi a partir daí que surgiram as tentativas de cooptação e instigação às pautas das manifestações, introduzindo bandeiras alheias às motivações originais dos manifestantes, baseadas na desqualificação das práticas democráticas como se fossem homogêneas, então corruptas e contaminadas pela politicagem. Lemas como “contra a corrupção”, e “fora Dilma” entre outros, inseridos na já extensa gama de questões mal resolvidas e levantadas em meio às manifestações, são fundamentais para entender como este fenômeno se estendeu ao ponto de levar tantas pessoas às ruas, presentes no mesmo cenário, mas dificilmente movidas e motivadas por tantas questões em comum. Violência, comportamento da mídia, e outros fatores como a inserção dessas multifacetadas bandeiras marcam o crescimento exponencial do número de participantes.

Observando os ideais que movimentaram inicialmente a militância que ocupou as ruas, questionando os ditos de uma mídia corporativista, e abalando a própria dinâmica política sobre a qual se construiu a democracia brasileira pós regime militar, partimos então para um outro analisador. De acordo com Žizek, movimentos políticos nascem “de alguma ideia positiva em prol da qual ele se esforça” (Žizek,

2013 p.105), caso da gratuidade nos transportes públicos para estudantes, o passe-livre estudantil, principal bandeira do MPL. Mas ao longo de seu próprio curso, este autor relata que essa ideia passa por uma transformação profunda, uma redefinição essencial, por que a ideia em si é comprometida no processo. Da gratuidade aos estudantes, o movimento então se estende: passa ao início de uma luta pela Tarifa Zero no transporte público em aspecto universal. Žizek ressalta que esse elemento contradiz o pensamento de Karl Marx, quando escreveu no prefácio de “Contribuição a Crítica da Economia Política”, que a humanidade só apresentaria a si tarefas que é capaz de resolver. Transparece, sob o nascimento de um movimento político, que na verdade a humanidade apresenta para si tarefas que não pode resolver, desencadeando um processo imprevisível no decurso do qual redefine-se a própria tarefa.

ERGUENDO VOZES

Meu celular toca: preocupação. A televisão relata o confronto nas ruas, a ação da polícia e as depredações. A fuga segue entre as vias sujas do centro da metrópole, mas os soldados da tropa de choque são implacáveis. Adentram a avenida pelas ruas que a cruzam, atacando pelo lado e flancos dispersando quaisquer aglomerados. Apesar de estupefato, digo que estou bem. Um som, um grito, e de repente vejo a linha de policiais muito mais próxima. Estou a metros de uma bomba lançada. Preciso desligar a chamada e agora correr. Próximo, uma garota se rende. Ajoelhada com as mãos levantadas, sustenta o símbolo da paz. Mas a linha de soldados que cai sobre ela a empurram para chão, seus braços são jogados para trás violentamente, e a partir daí tudo acontece muito rápido. Corremos. Lugar nenhum era mais tão seguro a um grupo tão grande. Um carro pesado, fortemente reforçado, carrega soldados e passa por nós. Bombas. Entre becos, velas e ruas do centro da cidade, fugíamos.

A surpresa das autoridades diante do efeito que as atitudes de repressão provocaram é compreensível, se imaginarmos o histórico das manifestações públicas no país. Um desfecho previsível para as primeiras manifestações em São Paulo seria alguns dias de manifestações, e após a reação repressiva, o consequente esvaziamento das ruas e volta da “ordem”. O Estado negociou para que os aumentos das passagens de ônibus – gota d’água que transbordou o copo de todas as questões políticas mal resolvidas no cotidiano dos brasileiros – não fosse lançado em janeiro, mas em junho, período da Copa das Confederações de Futebol. A confiança na passividade imposta aos movimentos sociais pareceu tão grande, que se acreditava que a população se ocuparia da torcida pela Seleção Brasileira e não repararia naquele pequeno grupo de jovens protestando contra mais um aumento.

A abordagem de Deleuze e Guattari apresenta uma consideração acerca do modo de produção, que vai além da produção econômica social, na medida em que conecta a esta produção uma outra: a produção da subjetividade. Esta nova interpretação forma uma economia político desejante.³ Para Aguiar e Rocha (2007), isso torna as práticas psicológicas diretamente ligadas à produção de uma “cultura capitalística”, uma produção que conecta sistema de valor de troca – valor de uso – a modos de valorização do desejo. A repressão e a prepotência dos governantes durante as manifestações de Junho de 2013, a nosso ver, agiram como catalisadores e

³ Ligação entre capital e desejo. Esta conexão é tratada amplamente em: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2010.

potencializadores das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo ia bem. Os desejos pulsantes transbordaram, e as barragens da ideologia não mais foram capazes de os conter. Os planos ou dimensões do real que não só o do concreto e da presença, articulados então a partir da experiência com o virtual nas novas mídias, reconduziram a unicidade e a harmonia habitualmente vinculadas aos sistemas orgânicos, na pluralidade, na complexidade das forças produtoras da existência.

Importante ressaltar o que se apresentou como dispositivo acionador comum à frente desse levante de manifestações Brasil afora: a ação direta nas ruas, o repúdio (por vezes violento) contra os símbolos do neoliberalismo, e a ausência de lideranças, que são táticas impossíveis de não se associar ao anarquismo. Para Passeti (2002), o que marca o anarquismo é uma busca da superação da desigualdade social preservando as diferenças entre os iguais, evitando a uniformidade. Para ele, estes ideais se constroem fundados nas relações de afinidade entre os componentes das diversas associações voluntárias, não se alimentando de absolutos e assim não cessando de instituir uma sociedade. O Movimento Passe-Livre em São Paulo, que inaugurou o processo de seguidas manifestações, traz como princípio a ausência de lideranças (apesar das críticas aos envolvimento político-partidários e envolvimento com outras correntes de militância ligadas a esses). Propositadamente ou não, esses ideais sem dúvida deram o tom das ações nas ruas, que como os anarquistas, abalaram a sociedade não pelo que propõem para o futuro, mas pelo que desestabilizaram no presente (PASSETI, 2002).

A ausência de lideranças, combinada com a efervescência das ideias libertárias e uma deslegitimação forte dos atores políticos na figura dos partidos podem ser tomados como elementos importantes para entender um novo analisador: conflitos dentro dos próprios protestos, principalmente sobre o que eles próprios representariam. Este desacordo fica simbolizado principalmente pelo repúdio às bandeiras dos partidos políticos durante as manifestações. A crise na representação política indireta, não exclusiva da democracia brasileira, surge como um sinal do esgotamento para com as instituições tradicionais das democracias representativas. E desse modo, as “esquerdas” não podem se esquivar de suas responsabilidades no que tange a esse desgaste.

Entretanto, deslocar as discussões a dialéticas como “esquerda e direita” ou “proletariados e burgueses” representa uma redução da análise ao aspecto da luta de classes. Para Guattari e Rolnik (2005) a operação intelectual do pesquisador implicado em seu campo de trabalho supera as práticas emancipatórias que se sustentam no conceito de ideologia, vinculadas à visão de uma sociedade bipolarizada e cujos movimentos se fazem pela contradição entre classes nos seus valores, interesses e necessidades. Além do recorte do social referido às classes, outras clivagens podem estar em jogo nos movimentos e deslocamentos sociais, pois as formas de inserção na vida são múltiplas e, além disso, outros vetores podem estar movendo a intensidade do cotidiano coletivo, como analítica das formações do desejo no campo social:

A questão micropolítica diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de ‘molar’), com aquele que chamei de ‘molecular’. Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva que dependa de um princípio lógico de

contradição. (...) as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares (Guattari, Rolnik, 2005, p. 127).

Não se trata de substituir a análise de uma luta das classes por qualquer outra já pré-estabelecida, nem por análises que entendam os movimentos e grupos como grupos-em-si ou grupos-para-si, mas considerar como dispositivos de afirmação de outros modos de subjetivação, realidades abordadas micropoliticamente.

Nesta tentativa, observamos que as práticas políticas brasileiras como atividade que fornece resposta aos anseios da população apenas através da política eleitoral representativa – com a ascensão ao poder do Estado – arrastam para a burocracia do Estado (macropolítica) os conflitos sociais, deixando distante do cidadão o poder de participar da política de sua cidade e sua vida (micropolítica), restando-lhe como alternativa exercer o direito do voto e o dever da paciência, e esperar que suas expectativas sejam atendidas por aqueles escolhidos para os representar nas instancias deliberativas, que detém e monopolizam o poder da transformação. Este monopólio faz de organizações como sindicatos, associações de bairro, entidades estudantis e movimentos sociais nada mais que estruturas de apoio aos partidos eleitorais, sem qualquer possibilidade de garantia da participação direta nas decisões macro e/ou micropolíticas.

Tal forma de atuação política tem obtido resultados perversos, já que não traz as conquistas que se objetivam com a luta, desviando-a de seu sentido que é transformar a vida e a cidade à medida em que sejam necessárias mudanças, assim como acabam por colocar em descrédito as organizações de base da própria população. Boa parte da oposição ao estado não foge a este modelo de atuação, pois articula suas militâncias visando alcançar locais de exercício do poder dentro da burocracia do mesmo estado, colaborando por reforçar este estigma sobre as organizações de esquerda e até sobre as organizações populares de base, e por fim, sobre a própria dinâmica da política, que passa a ser vista como “suja”, afastada da população sobre o discurso de deslegitimação da atuação política, veiculado pela mídia corporativa.

As práticas de subordinação do projeto popular a projetos políticos partidários eleitorais acabam por contribuir, em alguma importante medida, para a desorganização e despolitização da população. E nesse cenário a mídia corporativa, embora consiga dissimular intenções, não só faz parte como agrava a crise da representação política. A realidade que vive o sujeito não é somente o visível, e a subjetividade não se limita ao ‘eu’. O que se produz é resultado do encontro de múltiplas dimensões ou de linhas de força entrelaçadas, sem que alguma tenha o papel de unidade transcendente – uma textura ontológica que, por composições, fabrica novas figuras, estados inéditos à nossa consistência subjetiva atual (Rolnik, 2002 apud Aguiar, Rocha, 2007). Esta mídia então não mais pode ser considerada imparcial e independente, fiscalizadora de governos e expressão da opinião do público, uma vez que é a mesma que já apoiou na história de nosso país estados totalitários, e que não pela primeira vez se auto atribui o papel de formadora e de expressão da vontade das ruas sem considerar suas vozes.

Uma série de ações mundo a fora pode ser destacada como atravessamento para além das pautas das manifestações no Brasil em Junho de 2013. O capitalismo mundial integrado é um processo complexo que afeta diversos países de maneiras variadas, e o que parece unificar tantos protestos em sua multiplicidade é que são todas ações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista. Estamos diante de revoltas em países de industrialização recente e, obviamente, cada uma delas traz

diferenças. As revoltas do sul da Europa, em Istambul ou no Egito tratam de problemas domésticos, mas em que podemos até certo ponto identificar familiaridades. São revoltas disseminadas pelas redes virtuais e com o amparo de uma nova mídia, nas quais pessoas agem como singularidades, mas têm encarado um conjunto construído pela reação calculada das forças em posição de poder e informação, tendo assim sua potencialidade instituinte cooptada. Guattari e Rolnik comentam a produção de tal modo de subjetivação pelo capitalismo mundial integrado:

A apropriação da produção de subjetividade pelo CMI esvaziou todo o conhecimento da singularidade. É uma subjetividade que não conhece dimensões essenciais da existência como a morte, a dor, a solidão, o silêncio, a relação com o cosmos, com o tempo (Guattari, Rolnik 2005, p. 43).

Assim, a tendência geral é direcionada à expansão do mercado, combinada a privações de espaços públicos em paralelo ao aumento do funcionamento autoritário do poder político.

A onda de manifestações que explodiu pela Europa e Oriente Médio em 2011 (Primavera Árabe no Egito, Revolução Verde no Irã, e protestos na praça Taskim, no centro de Istambul, Turquia) e o Brasil de junho de 2013 se aproximam. Surgem em países que pareciam viver histórias de sucesso econômico e de crescimento desenvolvimentista, desfrutando de alta confiança depositada no seu próprio futuro. Porém o sentimento de desconforto e descontentamento que sustenta e une demandas particulares surge como contraste. Nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de questões econômicas e político-ideológicas. Através das expressões minoritárias das diversas opiniões existentes na sociedade via representação parlamentar e a crescente ausência de sintonia ocasionada pelo descolamento da mídia tradicional da população brasileira, essas diversidades não encontram canais de expressão pública nem tem como se fazer representar no debate público formador de opinião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...Resistindo na boca da noite um gosto de Sol.”

Nada Será como Antes – Clube da Esquina, 1972.

Sob a marquise de um prédio, formulávamos um plano para voltar para casa. Não queríamos nos separar. Já dois amigos não mais estavam conosco, e nada ali motivava a resistir. Pelos celulares, informações corriam rápido: estações de metrô fechadas, ônibus alterando seus trajetos, nada a nosso favor. Uma bomba explode a uma distância próxima, e logo a viela a frente de nós se enche de espessa fumaça branca. Os olhos denunciam lágrimas. Não podíamos voltar ao caminho que tínhamos feito. Atravessar aquele beco parecia loucura. Ao outro lado, a rua se fechava com tapumes metálicos, revelando obras da cidade. Um único caminho à frente parecia a alternativa. Quando nos preparávamos para seguir, um carro repleto de soldados armados freia ali, fechando nosso único caminho com homens rapidamente em formação. Bombas, tiros de borracha, disparados contra nós. O desespero bateu com a velocidade e força da névoa espessa das bombas, porém se entregar não parecia um caminho. Alguns se voltaram aos tapumes de obra, os derrubaram e os atravessaram. Outros seguiram atrás. Pareceu um caminho perigoso demais, não havia como saber com o que nos depararíamos ali. Hesito. Por fim, apenas segundos depois, mas tempo somente suficiente, tomo outra

decisão. Informo ao amigo mais próximo que não continuaria com o grupo, e opto por atravessar a viela repleta de fumaça densa, com a respiração presa. Outras duas pessoas me acompanham. Somente a partir dali, depois da sensação de estar encurralado, respiro o ar nada puro do centro da cidade, mas que ali vem com alívio. Atravessando cabisbaixos e impassíveis, quebrando esquinas e andando pelas sombras das pequenas ruas do centro, achamos finalmente um caminho para voltar.

As grandes manifestações novamente se foram, mas não se pode prever por quanto tempo. Olhos do mundo todo se voltam ao Brasil em 2014 para a realização da Copa do Mundo de Futebol, enquanto já se anuncia novo aumento das passagens de ônibus. Outras manifestações, aquelas que nunca deixaram de estar entre nós, mesmo nos 20 anos de letargia democrática pós regime militar, continuam a tomar ruas da cidade. Mas mesmo elas, já tão instituídas na pauta de ação das militâncias das esquerdas, não são mais as mesmas. Greves nos sindicatos, paralisações de funcionários públicos, manifestações dos movimentos sociais e aglutinamentos coletivos tomam novo fôlego e recebem hoje outro nível de atenção. Surgem nas chamadas dos telejornais da noite e estampam as páginas dos jornais impressos dos dias seguintes. São transmitidos ao vivo em redes sociais, por novos grupos de uma nova mídia. Criminalizados e tratados com cada vez maior força de repressão pelo Estado.

As alternativas que surgem no horizonte de lutas que emerge das cidades rebeldes se aproximam do que aponta Pelbart como meios de resistência à transformação da cidade em espaço genérico, e trata-se para o autor de modular as modificações, tornar a cidade vetor da imaginação, e imaginar outros tipos de cidade, sem responsabilidades, no que constitui a maior responsabilidade das subjetividades que ocupam a cidade:

Irrigar a cidade com territórios potenciais, inaugurar e instaurar campos que favoreçam processos abertos, que estimulem hibridações, intensificações e diversificações, e redistribuições que apostem na reinvenção do espaço urbano é um objetivo que compartilham os inconscientes que se rebelam. (Pelbart, 2000 p.48)

Assim é responsabilidade nossa, intelectuais, militantes e pesquisadores, não contribuir para a manutenção do sentimento de insegurança numa sociedade regida pelos mecanismos de disciplina e controle, nem da homogeneidade das relações desejanter legadas às relações de consumo. Isso talvez só seja possível se nos livrarmos da imposição da formatação do Estado e rearmos, no próprio pensamento e na vida, a forma da cidade.

Brasil afora, surgem leis estaduais proibicionistas e formam-se comissões especiais de segurança. É a reação dos guardiães de uma suposta ordem pública que, moribunda, não se aplica a todos os brasileiros da mesma forma. Mandados de busca e apreensão, prisões arbitrárias, etc. Apontam-se culpados (os mascarados e vândalos?), definem-se rótulos (*black bloc?*), e tratam a partir da violência todo movimento contestatório na cidade. Esta, entretanto, continua a se revoltar. Parte contra a política de Estado, de supressão das singularidades da cidade, da subjetividade da cidade e, onde é presa e reprimida, escapa com igual intensidade pelas bordas. Os discursos e ações do Estado, muitas vezes microscópicos, invisíveis e apresentados como desinteressados, criados intencionalmente no objetivo de serem percebidos como naturais, têm poderosos efeitos: excluem, estigmatizam e tentam destruir as singularidades da cidade.

Na medida em que todos os controles e coerções que reproduzem o mesmo poder em todos os lugares devam ser combatidos, Foucault e Deleuze (1979) consideram que quando grupos específicos (as mulheres, os homossexuais, etc.) iniciam uma luta (que é específica) contra uma forma particular de poder que os oprime, desde que sejam radicais e sem compromisso nem reformismo, nem tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular, passam a fazer automaticamente parte de um movimento revolucionário muito mais amplo.

Foucault (2009) questionou o pensamento que entende objetos, saberes e sujeitos como tendo uma essência, uma natureza que lhes seria própria. Propôs então outra forma de entender o mundo, onde as práticas sociais são aquilo que fazem aparecer os diferentes objetos, saberes e sujeitos. Partindo dessa lógica é possível avaliar como nossas práticas cotidianas, por menores e mais invisíveis que sejam, constituem-se em poderosos instrumentos de reprodução e/ou criação produzindo os mais surpreendentes efeitos, inclusive liberdades. Sem pretender racionalmente fazer revoluções, mudar o presente e preparar o futuro, muitos movimentos de resistência da juventude produzem revoluções moleculares, forjam mudanças micropolíticas em seus atores e nos cenários onde atuam, afirmam e apontam para novos caminhos, criações, invenções.

Todo movimento de luta que rompe as antigas formas traz duas possibilidades: instituir novas formas ou rerepresentar as velhas com novas roupagens. A versão oficial do Estado apresenta em seu discurso um pacto de reforma política que não diz respeito às questões principais incitadas nas ruas, e reafirma que tudo deve continuar como está. Mesmo meses após as grandes manifestações, as ruas ainda pulsam e o desejo transborda, gritando a impossibilidade de manutenção do *status quo*, manifestando o desejo de vida através e em meio às ruas da cidade. Apostamos na revolta desses desejos.

Artigo recebido em 15/01/2014 e aprovado em 24/03/2014

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó/SC, Ed. Argos, 2009.

AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia: ciência e profissão**, n.4, p.648-663, 2007.

BAPTISTA, L. A. S. Impacto da (I)Mobilidade na produção de subjetividade. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos**. Brasília: Liberdade de Expressão, 2010. v. 1, p. 213-220.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P. C. P.; IUNIANELLI, J. A. S. (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-36.

DELEUZE, G. Pós-Scriptum sobre a sociedade de controle. Em conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2009.

- FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. **Os intelectuais e o poder**: em microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 69-78.
- GUATTARI, F. **Revolução molecular - pulsações políticas do desejo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUATTARI, F. **Restauração da cidade subjetiva in Caosmose**. São Paulo: Ed. 34, 1992. p.169-179.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- LOURAU, R. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. In: RODRIGUES, H. B. C. (Org.). **René Lourau na UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- PASSETTI, E. **Heterotopias anarquistas**. **Revista Verve**, São Paulo: Nu-sol, v.2, p.140-173, 2002.
- PELBART, P. P. **Cidade, lugar do possível**. In: A VERTIGEM por um fio. Políticas de subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000. p. 43-49.
- ŽIŽEK, S. **Problemas no paraíso**. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram o Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.